



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13631.000173/2011-12  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-004.604 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 12 de abril de 2016  
**Matéria** IRPF  
**Recorrente** GASPAR DUTRA MACHADO  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2010

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

Não se conhece de apelo à segunda instância, contra decisão de autoridade julgadora de primeira instância, quando formalizado depois de decorrido o prazo regulamentar de trinta dias da ciência da decisão.

Recurso Não Conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, não conhecer do recurso voluntário, nos termos do voto da relatora.

João Bellini Júnior - Presidente.

*(Assinado digitalmente)*

Alice Grecchi - Relatora.

*(Assinado digitalmente)*

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: João Bellini Júnior (Presidente), Amilcar Barca Teixeira Junior, Ivacir Julio de Souza, Luciana de Souza Espíndola Reis, Alice Grecchi, Julio Cesar Vieira Gomes, Gisa Barbosa Gambogi, Fabio Piovesan Bozza.

**Relatório**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 28/04/2016 por ALICE GRECCHI, Assinado digitalmente em 28/04/2016 por AL

ICE GRECCHI, Assinado digitalmente em 03/05/2016 por JOAO BELLINI JUNIOR

Impresso em 03/05/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Em nome do contribuinte acima identificado foi lavrada a Notificação de Lançamento (fls. 4/9), em 10/01/2011, relativo ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF, exercício 2010, que resultou em crédito tributário total apurado no valor de R\$ 5.982,51, sendo R\$ 3.274,68 de IRPF Suplementar, R\$ 2.456,01 de multa de ofício e R\$ 251,82 de juros de mora (calculados até 01/2011).

Motivou o lançamento de ofício (fls. 06 e 07):

1) A Omissão de Rendimentos, no valor total de R\$ 72.063,48, recebidos pelo titular e pagos pelas pessoas jurídicas a seguir discriminadas. A fiscalização solicitou a apresentação de Laudo Pericial emitido nos termos da legislação que trata da matéria relativa à isenção aos portadores de moléstia grave:

a) Pela Fundação Itaubanco, CNPJ 61.155.248/000116, no valor de R\$ 43.218,96, com IRRF, no valor de R\$ 3.061,33, estes já informados pelo contribuinte; e,

b) Pelo Instituto Nacional do Seguro Social, CNPJ 29.979.036/000140, no valor de R\$ 28.844,52, com IRRF, no valor de R\$ 2.147,28, estes já informados pelo contribuinte.

2) A dedução indevida contribuição para Previdência Oficial referente a rendimento recebido da Fundação Itaubanco, CNPJ 61.155.248/000116, no valor de R\$ 359,73.

O recorrente apresentou impugnação em 12/04/2011 ( fls. 2/3), alegando preliminarmente que *"Como aposentado do Banco Itau (Fundação BEMGE), a Fonte Pagadora após receber os documentos que comprovaram a doença grave me isentou do IR e não está mais fazendo o desconto em folha de pagamento a partir do exercício que foi apresentado. Sendo que no direito de ser restituído pelos anos que foram descontados apresentei a Declaração retificadora para que seja apurado e comprovado a restituição do IR descontado."*

No mérito, aduz ser portador de moléstia grave (cardiopatia grave) tendo, portanto, direito à isenção do Imposto de Renda.

Juntou Laudo Pericial à fl. 12.

A Turma de Primeira Instância julgou, por maioria de votos, improcedente a impugnação ementada assim:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

**Exercício: 2010**

**MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. DEDUÇÃO INDEVIDA DE CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA OFICIAL.**

*Considera-se como não impugnada a parte do lançamento com a qual o contribuinte concorda ou não se manifesta expressamente.*

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF**

**Exercício: 2010**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 28/04/2016 por ALICE GRECCHI, Assinado digitalmente em 28/04/2016 por AL

ICE GRECCHI, Assinado digitalmente em 03/05/2016 por JOAO BELLINI JUNIOR

Impresso em 03/05/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

**ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE.**

*A isenção está condicionada ao reconhecimento da doença através de laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e se aplica aos rendimentos recebidos a partir do mês da emissão do laudo que reconhecer a moléstia ou da data em que a doença foi contraída, quando identificada no laudo, desde que correspondam a proventos de aposentadoria, reforma ou pensão.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

O contribuinte foi cientificado do Acórdão 0942.442 - 6ª Turma da DRJ/JFA, em 04/03/2013 (fl. 34).

Sobreveio recurso voluntário em 24/04/2015 ( fls. 40 e 41), acompanhado de documentos (fls. 42 a 54).

Resumidamente, em sede recursal, repisou o fato de ser portador de moléstia grave, fazendo jus ao benefício da isenção.

É o relatório.

Passo a decidir.

**Voto**

Conselheira Relatora Alice Grecchi

Primeiramente cumpre esclarecer que, havendo referência às folhas do processo, trata-se do arquivo digitalizado, ou seja, do processo em formato PDF.

O prazo estipulado na legislação para apresentação de recurso voluntário é de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância, conforme disposição expressa do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, *in verbis*:

*Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.*

Como se colhe dos autos, o contribuinte tomou ciência da decisão de primeira instância em 04/03/2013, conforme Aviso de Recebimento, fls. 34.

Em 25/03/2013 (fl. 36), o contribuinte elaborou requerendo postulando prorrogação de prazo para apresentar recurso, tendo em vista a remarcação de nova perícia.

Em resposta, a Receita Federal encaminhou ofício ao contribuinte, com negativa ao requerimento feito, por falta de previsão legal. O documento foi recepcionado em 03/04/2013, conforme Carta AR à fl. 38.

Já o recurso foi apresentado em 24/04/2013 (fl. 40). Tem-se, portanto, que o recurso foi apresentado depois de já ultrapassado o prazo de 30 dias do recebimento da decisão de primeira instância.

Nesse sentido, é forçoso concluir pela intempestividade do recurso, o que torna definitiva, na esfera administrativa, a decisão de primeira instância, nos termos do art. 42, I do Decreto nº 70.235, de 1972, *in verbis*:

*Art. 42. São definitivas as decisões:*

*I – de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;*

Ante o exposto, voto no sentido de NÃO CONHECER do recurso voluntário, por perempto.

Alice Grecchi - Relatora

*(Assinado digitalmente)*